

Delga
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas da

Delga Participações S.A.

Diadema - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delga Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo 1, se houver, e pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 2 a 4, da seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Delga Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1. Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, a demonstração do resultado consolidado em 31 de dezembro de 2016 apresentou na rubrica de custos dos produtos vendidos o montante de R\$ 319.606 mil, dos quais R\$ 318.165 mil são relativos à controlada Delga Indústria e Comércio S.A. Em 31 de dezembro de 2016 não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos que os parâmetros utilizados pelo sistema na formação do custo de produção de 2016 na referida controlada são apropriados, uma vez que existiam, à época, certas limitações no sistema que não permitiam a geração de relatórios de custeio. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nos custos dos produtos vendidos e demais elementos componentes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.
2. Conforme nota explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2017 o balanço patrimonial consolidado apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 209.585 mil (R\$ 219.844 mil em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$ 198.114 mil (R\$ 208.311 mil em 31 de dezembro de 2016) são relativos à controlada Delga Indústria e Comércio S.A. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia verificou a existência de indicação de que o ativo imobilizado da referida controlada poderia ter sofrido desvalorização, mas a Companhia não efetuou o teste de redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado. Os efeitos desse assunto não foram determinados.
3. Conforme nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2017, a controlada, Delga Indústria e Comércio S.A., não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais (índices financeiros - Covenants) do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, o que pode acarretar o vencimento antecipado das Debêntures no montante de R\$ 102.622 mil, dos quais R\$ 56.883 mil estavam classificadas no passivo não circulante (R\$ 54.450 em 31 de dezembro de 2016). Considerando que a Companhia não detinha o direito incondicional de postergar a liquidação da obrigação em pelo menos doze meses após a data do balanço, a obrigação deveria ter sido integralmente classificada no passivo circulante. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017 o passivo não circulante consolidado está apresentado a maior e o passivo circulante consolidado a menor em R\$ 56.883 mil (54.450 mil em 31 de dezembro de 2016).
4. Conforme nota explicativa nº 14, em 31 de dezembro de 2017 o balanço patrimonial consolidado apresenta na rubrica "Obrigações fiscais e tributárias" R\$ 11.032 mil (R\$ 17.143 mil em 31 de dezembro de 2016) a pagar relativos a PIS e COFINS da controlada Delga Indústria e Comércio, S.A. A Companhia não efetuou o recolhimento mensal desses tributos, nem reconheceu os respectivos encargos financeiros e multas de mora no montante de aproximadamente R\$ 6.469 mil em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 6.000 mil em 31 de dezembro de 2016). Em decorrência desse assunto, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de investimentos no balanço patrimonial individual está apresentado a maior em R\$ 6.469 mil (R\$ 6.000 mil em 31 de dezembro de 2016), as obrigações fiscais e tributárias no balanço patrimonial consolidado a menor nesse mesmo montante e o patrimônio líquido a maior em R\$ 6.469 mil (R\$ 6.000 mil em 31 de dezembro de 2016) e o prejuízo do exercício individual e consolidado findo naquela data a menor em R\$ 4.270 mil (R\$ 3.960 mil em 31 de dezembro de 2016), líquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos 2 a 4, se houver, da Seção “Base para opinião com ressalvas”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de junho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4

Delga Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.012	16.585	18.138	20.846	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	18.760	26.292
Contas a receber de clientes	6	1.690	1.514	36.108	20.881	Debêntures	14	-	-	33.211	27.749
Estoques	7	-	-	64.778	55.702	Fornecedores	15	2	11	46.547	36.835
Ativo fiscal corrente	8	-	-	25.777	6.249	Obrigações trabalhistas e sociais	16	27	27	22.766	17.619
Outros créditos		41	41	378	640	Obrigações fiscais e tributárias	17	198	181	29.183	40.011
						Parcelamentos de impostos	18	81	75	24.551	16.839
						Adiantamento de clientes	19	-	-	9.368	16.050
						Outras contas a pagar		504	797	426	839
Total do ativo circulante		17.743	18.140	145.179	104.318	Total do passivo circulante		812	1.091	184.812	182.234
Contas a receber de clientes	6	-	-	3	148	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	37.701	50.801
Ativos mantidos para venda	9	12.409	10.270	12.409	10.270	Debêntures	14	-	-	56.883	54.450
Empréstimos à partes relacionadas	10	14.601	9.328	14.007	9.328	Parcelamentos de impostos	18	129	194	61.569	43.322
Ativo fiscal não corrente	8	21	12	5.405	12.506	Passivo fiscal diferido	26b	-	-	1.090	1.198
Depósitos judiciais	20	30	28	4.233	2.944	Provisão para perdas em processos judiciais	20	98	1.552	1.566	3.020
Outros créditos		-	-	123	123	Provisão para perdas com investimentos	11a	10.764	23.918	-	-
Total do realizável a longo prazo		27.061	19.638	36.180	35.319	Total do passivo não circulante		10.991	25.664	158.809	152.791
Investimentos	11a	4.905	4.139	-	-	Patrimônio líquido	21				
Imobilizado	12	9.647	9.649	209.502	219.805	Capital social		28.488	28.488	28.488	28.488
Intangível		-	-	313	394	Reserva de reavaliação		4.336	4.336	4.336	4.336
Total do ativo não circulante		41.613	33.426	245.995	255.518	Reserva de incentivos fiscais		12.414	12.414	12.414	12.414
						Reserva legal		5.697	5.697	5.697	5.697
						Prejuízo acumulado		(3.382)	(26.124)	(3.382)	(26.124)
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-
						Total do patrimônio líquido		47.553	24.811	47.553	24.811
						Total do passivo		11.803	26.755	343.621	335.025
Total do ativo		59.356	51.566	391.174	359.836	Total do passivo e patrimônio líquido		59.356	51.566	391.174	359.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Receita líquida	22	6.558	7.401	476.159	338.823
Custos dos produtos vendidos	23	(230)	(190)	(420.155)	(319.606)
Lucro bruto		6.328	7.211	56.004	19.217
Despesas administrativas, comerciais e gerais	24	(1.123)	(1.105)	(23.182)	(21.321)
Outras receitas (despesas) operacionais		1.454	(164)	4.539	2.462
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		6.659	5.942	37.361	358
Receitas financeiras	25	1.084	2.261	3.215	9.542
Despesas financeiras	25	(59)	(107)	(36.243)	(37.720)
Despesas financeiras líquidas		1.025	2.154	(33.028)	(28.178)
Resultado de equivalência patrimonial	11c	15.793	(35.658)	-	-
Resultado antes dos impostos		23.477	(27.562)	4.333	(27.820)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26a	(735)	(735)	(627)	(477)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26c	-	-	19.037	-
Lucro (prejuízo) do exercício		22.742	(28.297)	22.743	(28.297)
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		-	-	22.743	(28.297)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício		22.742	(28.297)	22.743	(28.297)
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico	27	0,001	(0,001)	0,001	(0,001)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Ind. e Com. S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>22.743</u>	<u>(28.297)</u>	<u>22.743</u>	<u>(28.297)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>22.743</u>	<u>(28.297)</u>	<u>22.743</u>	<u>(28.297)</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	22.743	-	22.743	(28.297)
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>22.743</u>	<u>(28.297)</u>	<u>22.743</u>	<u>(28.297)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores							Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucro	Prejuízos acumulados	Total		
Saldo em 1º de janeiro de 2016	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>2.173</u>	<u>-</u>	<u>53.108</u>	<u>-</u>	<u>53.108</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(28.297)	(28.297)	-	(28.297)
Compensação de prejuízos com reservas	-	-	-	-	(2.173)	2.173	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>-</u>	<u>(26.124)</u>	<u>24.811</u>	<u>-</u>	<u>24.811</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.742	22.742	-	22.742
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>-</u>	<u>(3.382)</u>	<u>47.553</u>	<u>-</u>	<u>47.553</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		23.477	(27.562)	4.333	(27.820)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		2	1	13.162	10.378
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10a, 13 e 14	-	-	23.668	25.978
Resultado na baixa de ativo imobilizado	12	-	-	2.256	2.136
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	-	-	(595)	-
Reversão de provisão para perdas em processos judiciais	20	(1.454)	-	(1.454)	-
Imposto de renda e contribuição social	26	(735)	(735)	18.410	(477)
Resultado de equivalência patrimonial	11c	(15.793)	35.658	-	-
		<u>5.497</u>	<u>7.362</u>	<u>59.780</u>	<u>10.195</u>
Variações em:					
Contas a receber de clientes	6	(176)	(59)	(14.487)	14.207
Estoques	7	-	-	(9.076)	(1.786)
Ativos mantidos para venda	9	(2.139)	(1.995)	(2.139)	(1.995)
Ativo fiscal corrente e não corrente	10	(9)	(12)	(12.427)	5.421
Outros créditos		-	-	262	169
Depósitos judiciais	20	(2)	-	(1.289)	(540)
Fornecedores	15	(9)	5	9.712	(5.208)
Obrigações trabalhistas e sociais	16	-	9	5.147	(7.379)
Obrigações fiscais e tributárias e parcelamentos de impostos		711	583	15.775	23.578
Adiantamento de clientes	19	-	-	(6.682)	909
Outras contas a pagar		(293)	(555)	(412)	(807)
		<u>3.580</u>	<u>5.338</u>	<u>44.164</u>	<u>36.764</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais					
Juros pagos	13 e 14	-	-	(5.878)	(9.649)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(753)	(734)	(753)	(880)
		<u>2.827</u>	<u>4.604</u>	<u>37.533</u>	<u>26.235</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais					
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aumento (redução) de capital em controlada	11c	1.873	(1.680)	-	-
Empréstimos concedido à parte relacionada	10a	(5.273)	(4.696)	(4.679)	(4.696)
Aquisição de imobilizado e intangível		-	-	(5.035)	(7.569)
Baixa de imobilizado e intangível		-	1.995	-	1.995
		<u>(3.400)</u>	<u>(4.381)</u>	<u>(9.714)</u>	<u>(10.270)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento					
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	13 e 14	-	-	-	10.772
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	13 e 14	-	-	(30.527)	(34.022)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(30.527)</u>	<u>(23.250)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento					
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa					
		<u>(573)</u>	<u>223</u>	<u>(2.708)</u>	<u>(7.285)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		16.585	16.362	20.846	28.131
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>16.012</u>	<u>16.585</u>	<u>18.138</u>	<u>20.846</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Delga Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2.000 que tem como objetivo principal a administração de bens e negócios próprios e a participação em outras sociedades. Sua sede está localizada na rua Álvares Cabral, nº 1.559, no Município de Diadema, estado de São Paulo.

Capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 39.633 (R\$ 77.915 em 31 de dezembro de 2016), decorrente principalmente dos empréstimos e financiamentos, debêntures e parcelamento de impostos, de sua controlada Delga Indústria e Comércio S.A., os quais serão pagos durante o exercício de 2018.

Diante disso ações estratégicas passaram a ser adotadas pela Administração para redução de custos e ganho de eficiência, tais como: revisão de processos, revisão de contratos junto aos fornecedores e instituições financeiras, planejamento tributário, implementação de orçamento base zero, e monitoramento contínuo do caixa.

Essas ações aliado a melhoria do cenário econômico do país com a retomada do crescimento do setor de automóveis culminou num aumento significativo no volume de vendas de suas controladas, principalmente da Delga Indústria e Comércio S.A. que apresentou elevação da receita anual em aproximadamente 40% e apurou lucro no exercício corrente.

A Administração da Companhia e suas controladas, não obstante os fatos descritos anteriormente, entendem que as suas operações serão conduzidas normalmente considerando que esse endividamento será liquidado com a geração futura de caixa das suas controladas, decorrentes de suas próprias atividades ou se necessário de aporte de capital dos seus acionistas.

2 Entidades do grupo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía participações nas seguintes empresas controladas (controle integral):

Delga Indústria e Comércio S.A. (“Delga Indústria”)

Constituída em 21 de agosto de 1968, com sede localizada na rua Álvares Cabral, nº 1.559, bairro Serraria, no Município de Diadema, estado de São Paulo, com filiais nos municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos, ambos no Estado de São Paulo e também em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul. As atividades da Delga Indústria estão relacionadas à estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.

Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda. (“Fobrasa”)

Constituída em 26 de junho de 1973, com sede localizada na rua Almirante Lobo, nº 1.456, bairro do Ipiranga, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. As atividades da Fobrasa estão relacionadas à revenda de máquinas e equipamentos.

Tamet Estamparia Pesada Ltda. (“Tamet”)

Constituída em 23 de setembro de 1969, com sede localizada na rua Damásio Pinto, nº 47, bairro de Itaquera, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. As atividades da Tamet estão relacionadas à estamparia de metais em geral (atualmente sem atividades operacionais).

Participação acionária
2017 e 2016

Delga Indústria e Comércio S.A.	100,00%
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	99,99%
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	99,99%

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 28 de junho de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas brasileiras exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos críticos

Não houve julgamentos críticos realizados na aplicação das políticas contábeis que tenham gerado efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - Contas a receber de clientes - Reconhecimento e mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 12** - Ativo imobilizado - Definição de vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 20** - Provisão para perdas em processos judiciais - Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a entidade e suas controladas se tornam partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado não derivativos: aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, conta corrente a receber partes relacionadas e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros afins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em até 90 dias, a contar da data da contratação.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iv) *Ativos e passivos financeiros derivativos*

A Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

d. *Estoques*

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Ativos mantidos para venda

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda ou distribuição contendo ativos e passivos, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos líquidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Os custos de empréstimos atribuíveis ao imobilizado em andamento são capitalizados durante a fase de construção do ativo de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	1- 5 anos
----------	-----------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, devem ser revistos a cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;

- Reestruturação de um valor devido à Companhia e suas controladas em condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custo para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas resultado e são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e de suas controladas.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

m. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n. Capital social - Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

o. Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios ocorre quando o produto é entregue nas instalações do cliente.

Serviços prestados

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, variações monetárias e cambiais ativas; e
- Despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados, variações monetárias e cambiais passivas e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

q. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplicasse a alíquota de 32%, para receitas de aluguéis e de 8% para receitas de venda de imóveis, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As controladas têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados utilizando o regime do lucro real, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Despesa imposto de renda e contribuição social diferidos

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os usados para fins de tributação.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

r. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas não adotaram estas normas de forma antecipada.

(a) IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9/ CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O IFRS 9/ CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. O IFRS 9/ CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção do IFRS 9/ CPC 48 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros existentes e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. No entanto, a Administração realizou uma avaliação do potencial impacto da adoção do IFRS 9/ CPC 48 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e nas relações de hedge identificadas em 2017 no âmbito da IAS 39 e concluiu que não haverá impactos significativos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia e suas controladas irão aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
 - A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

A Administração também avaliou o novo modelo de impairment para ativos financeiros e concluiu que não haverá impactos significativos, uma vez que a Companhia e suas controladas já vem trabalhando com um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas.

(b) IFRS 15/ CPC 47 - Receitas de Contratos com clientes

O IFRS 15/ CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O IFRS 15/ CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e o CPC 30 - Interpretação a IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. O IFRS 15/ CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia e de suas controladas analisaram as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma, quais sejam: (i) identificação do contrato com o cliente, (ii) identificação das obrigações de desempenho definida no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requerimentos do IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

A Administração da Companhia e de suas controladas realizaram uma avaliação dos potenciais impactos na adoção da norma IFRS 15 - Receitas com clientes, e concluiu não terem impactos relevantes nessas demonstrações financeiras.

(c) IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

O IFRS 16 / CPC 06 (R2) será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia e de suas controladas estão avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	5	5	36	32
Bancos conta movimento	2.227	101	2.324	2.137
Aplicações financeiras	13.780	16.479	15.778	18.677
	<u>16.012</u>	<u>16.585</u>	<u>18.138</u>	<u>20.846</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão substancialmente compostas por aplicações em fundos de investimento de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remunerações médias de 95% a 101% (95% a 101% em 2014) da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

A análise de exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito está demonstrada na Nota explicativa nº 28.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber	3.222	3.046	38.025	23.538
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.532)	(1.532)	(1.914)	(2.509)
	1.690	1.514	36.111	21.029
Circulante	1.690	1.514	36.108	20.881
Não circulante	-	-	3	148

Para reduzir o risco de crédito a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite individual de crédito e acompanhando permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(1.532)	(1.532)	(2.509)	(2.509)
Reversão	-	-	595	-
Saldo final	(1.532)	(1.532)	(1.914)	(2.509)

As controladas da Companhia vendem produtos e componentes para empresas de grande porte e substancialmente no setor automotivo, com a seguinte participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Cliente	% de Concentração
Volkswagen	32%
General Motors	25%
Scania	14%
Meritor	7%
Mercedes Benz	6%
Outros	16%
Total	100,00%

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A Vencer	546	565	25.659	14.107
Vencidos:				
de 1 a 30 dias	6	42	4.446	3.3.14
de 31 a 90 dias	52	131	2.223	776
de 91 a 180 dias	42	109	810	308
há mais de 180 dias	2.576	2.199	4.887	5.033
Total vencidos	2.676	2.481	12.366	9.431
Total geral	3.222	3.046	38.025	23.538

Não há contas a receber da Companhia e suas controladas dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

7 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	10.940	9.471
Produtos semi-acabados	25.470	16.393
Matérias primas	16.284	14.117
Mercadorias para revenda	5.010	5.625
Materiais de consumo auxiliares e outros	1.559	1.275
Ferramentais em construções	1.038	4.830
Adiantamento a fornecedores	4.477	3.991
	64.778	55.702

Não há estoques das controladas dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

8 Ativo fiscal corrente e não corrente

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
IPI a compensar	1.432	1.700
ICMS a compensar	7.561	12.355
COFINS a compensar	1.788	2.145
PIS a compensar	387	388
Créditos extemporâneos (i)	487	1.511
Créditos Prejuízo Fiscal e BNCSLL (PERT) (ii)	19.037	-
IR a compensar	350	497
Outros	140	159
	31.182	18.755
Circulante	25.777	6.249
Não circulante	5.405	12.506

- (i) Em 2014 houve o levantamento de créditos tributários IPI, IRPJ, CSLL e PIS/COFINS não aproveitados nos últimos 5 anos (período de 2010 a 2014) que resultou na contabilização de créditos extemporâneos.
- (ii) Em 2017 as empresas Delga Indústria e Com. S/A, Fobrasa Com. de Máquinas Ltda. e Tamet Estamparia Pesada Ltda., aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT - Lei nº 13.496/2017 para parcelamentos de débitos nos âmbitos da RFB e PGFN, com amortização com créditos de Prejuízo Fiscal (25%) e de Base Negativa da CSLL (9%) acumulados até Dez15, reconhecidos no exercício de 2017 e apurados conforme quadro abaixo:

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Prejuízo Fiscal até Dez15	37.272	4.428	14291	55.991
% do Crédito PERT	<u>25%</u>	<u>25%</u>	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Total crédito prejuízo fiscal PERT até dez/2015	<u>9.318</u>	<u>1.107</u>	<u>3.573</u>	<u>13.998</u>
Base Negativa CSLL até Dez15	37.272	4.428	14291	55.991
% do Crédito PERT	<u>9%</u>	<u>9%</u>	<u>9%</u>	<u>9%</u>
Total crédito base negativa CSLL dez/2015	<u>3.354</u>	<u>399</u>	<u>1.289</u>	<u>5.039</u>
Total Crédito PF e Base Negativa CSLL	<u>12.672</u>	<u>1.506</u>	<u>4.859</u>	<u>19.037</u>

9 Ativos mantidos para venda - Controladora e consolidado

Representado por nove imóveis no montante total de R\$ 12.409 mil em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 10.270 mil em 2016 representado por oito imóveis), não mais alocados nas operações da Companhia sendo classificados como ativos mantido para venda, uma vez que possuem um comprador iminente.

Esses bens estão disponíveis para venda em suas condições atuais.

10 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações mantidas com suas controladas, acionistas e demais profissionais-chave da Administração.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

a. Ativo circulante

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	594	-	-	-
Mutuo sócios pessoa física	<u>14.007</u>	<u>9.328</u>	<u>14.007</u>	<u>9.328</u>
	<u>14.601</u>	<u>9.328</u>	<u>14.007</u>	<u>9.328</u>

Refere-se a empréstimos de mútuo para os acionistas da Companhia com prazo de vencimento indeterminado e com incidência de impostos sobre operações financeiras (IOF): taxa de 0,0041% ao dia e adicional de 0,38% incidente sobre o valor Principal. Não há incidências de juros e atualizações.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Controladora					
31/12/2016	Captação	Pagamento Principal	Provisão de Juros	Pagamento de Juros	31/12/2017
9.328	5.273	-	-	-	14.601
9.328	5.273	-	-	-	14.601

Consolidado					
31/12/2016	Captação	Pagamento Principal	Provisão de Juros	Pagamento de Juros	31/12/2017
9.328	4.679	-	-	-	14.007
9.328	4.679	-	-	-	14.007

b. Resultado

	Controladora	
	2017	2016
Receita de aluguel		
Delga Indústria e Comércio S.A.	2.343	2.343
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	63	63
	2.406	2.406

Conforme contratos, os reajustes são anuais e com base nos índices que registre a real inflação na data de vencimento de cada contrato.

- Delga - Diadema - Vencimento Outubro/17 - 5,74 - ICV/Diese
- Delga - Diadema - Vencimento Junho/17 - 10,94 - IGPM
- Delga - Filial Ferraz - Vencimento Setembro/17 - 10,67 - IGPM
- Tamet - Vencimento indeterminado - 7,18 - IGPM

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2017 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração foi de R\$ 1.447 (R\$ 1.482 em 2016) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego.

Os beneficiários finais da Companhia são os acionistas mencionados na Nota explicativa nº 21.

11 Investimentos em controladas

a. Composição dos saldos

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldos em investimentos		
Delga Indústria e Comércio S.A.	(10.794)	(20.000)
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	4.239	4.139
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	666	(3.918)
Total de investimentos	(5.859)	(19.779)
Investimentos	4.905	4.139
Provisão para perdas com investimentos	(10.764)	(23.918)

b. Composição dos investimentos

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Capital social	47.299	8.204	704	-
Participação	100%	99,99	99,99	-
Total do ativo das controladas	326.857	10.383	5.080	342.320
Total do passivo das controladas	(315.483)	(10.548)	(496)	(326.527)
Resultado do exercício das controladas	11.374	(165)	4.584	15.793
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2017	(10.764)	4.239	666	(5.859)
Resultado de equivalência patrimonial	11.374	(165)	4.584	15.793
Valor de investimentos em 31 de dezembro de 2017	<u>(10.764)</u>	<u>4.239</u>	<u>666</u>	<u>(5.859)</u>

c. Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas está demonstrada a seguir:

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Saldos em 1º/01/2017	(20.000)	4.139	(3.918)	(19.779)
Aumento / Redução de capital social em investida (ii)	(2.138)	265	-	(1.873)
Equivalência patrimonial	11.374	(165)	4.584	15.793
Saldos em 31/12/2017	<u>(10.764)</u>	<u>4.239</u>	<u>666</u>	<u>(5.859)</u>
	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Saldos em 1º/01/2016	12.965	5.022	(3.788)	14.199
Aumento de capital social em investida (i)	59	1.621	-	1.680
Equivalência patrimonial	(33.024)	(2.504)	(130)	(35.658)
Saldos em 31/12/2016	<u>(20.000)</u>	<u>4.139</u>	<u>(3.918)</u>	<u>(19.779)</u>

- (i) Aumento de capital que ocorreu ao longo de 2016 no valor de R\$ 1.621 na Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda. e no valor de R\$ 59 Delga Indústria e Comércio S/A.
- (ii) Aumento de capital na Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda. no valor de R\$ 265 e na Delga Indústria e Comércio Ltda. ocorreu uma redução do capital referente a transferência do imóvel da Rua José Antonio Valadares, 126 - São Paulo - SP no valor de R\$ 2.139.

12 Ativo imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

	Taxa de depreciação % a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Terrenos		6.783	6.783	7.077	8.474
Edifícios	4	2.861	2.861	13.104	18.014
Instalações	10	-	-	21.399	18.261
Máquinas e equipamentos	5	3	3	195.638	180.331
Móveis e utensílios	10	3	3	1.568	1.566
Veículos	20	104	104	2.020	2.054
Equipamentos de informática (CPD)	20	4	4	1.766	2.942
Aparelhos e acessórios	10	-	-	6.267	6.267
Benfeitorias em imóveis		-	-	54.579	54.579
Veículos industriais	20	-	-	496	493
Instalações administrativas	20	-	-	350	350
Embalagens Industriais	10	-	-	5.855	5.724
Ferramentas	10	-	-	838	831
Imobilização em andamento		-	-	1.571	15.474
		<u>9.758</u>	<u>9.758</u>	<u>312.528</u>	<u>315.640</u>
Depreciações acumuladas		<u>(111)</u>	<u>(109)</u>	<u>(103.026)</u>	<u>(95.835)</u>
Ativo Imobilizado		<u><u>9.647</u></u>	<u><u>9.649</u></u>	<u><u>209.502</u></u>	<u><u>219.805</u></u>

Resumo da movimentação do ativo imobilizado

Controladora

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	9.649	11.645
Transferência do imobilizado para ativo para venda	-	(1.995)
Depreciação	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>
Saldo final	<u><u>9.647</u></u>	<u><u>9.649</u></u>

Consolidado

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	219.805	226.745
Aquisições	5.026	7.569
Transferência do imobilizado para ativos mantidos para venda	-	(1.995)
Baixas	(2.256)	(2.136)
Depreciação	<u>(13.073)</u>	<u>(10.378)</u>
Saldo final	<u><u>209.502</u></u>	<u><u>219.805</u></u>

A Companhia e suas controladas avaliaram a aplicação da revisão da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada Delga Indústria e Comércio S.A. tinham imóveis dados em garantia de debêntures, no valor líquido contábil de R\$ 9.023 (R\$ 9.023 em 2016). Ver detalhes na Nota explicativa nº 14.

Os custos com capitalização de empréstimos na rubrica de imobilização em andamento incorridos no exercício findo de 31 de dezembro de 2017 é no montante de R\$ 938 (R\$ 2.638 em 2016).

13 Empréstimos, financiamentos e debentures

Instituição	Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	Consolidado	
					31/12/2017	31/12/2016
Bradesco e Banco do Brasil	Finame	Reais	15/01/2020	2,50% a 8,70% a.a.	7.549	14.564
Citibank, Santander, Banco do Brasil e Bradesco	Capital de giro	Reais	15/09/2021	4,17% a.a. + SELIC	27.701	33.175
Banco do Brasil	Capital de giro	Dólar	15/08/2017	LIBOR 0,15% a 0,75% a.a.	-	2.678
BNDES	Capital de giro	Reais	05/08/2021	4,17% a.a. + SELIC	21.211	26.676
Total					<u>56.461</u>	<u>77.093</u>
Passivo circulante					18.760	26.292
Passivo não circulante					37.701	50.081

O escalonamento da dívida de longo prazos está assim demonstrado:

Ano	31/12/2017
2018	18.764
2019	17.751
2020	13.570
2021	<u>6.376</u>
	<u>56.461</u>

Movimentação dos empréstimos e financiamentos consolidado:

31/12/2016	Captação	Pagamento Principal	Provisão de Juros	Pagamento de Juros	31/12/2017
<u>77.093</u>	-	<u>(30.494)</u>	<u>12.885</u>	<u>(3.023)</u>	<u>56.461</u>
<u>77.093</u>	-	<u>(30.494)</u>	<u>12.885</u>	<u>(3.023)</u>	<u>56.461</u>

Garantias

As linhas de financiamentos possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

Cláusulas restritivas

Os covenants relacionados aos empréstimos e financiamentos estão relacionados ao cumprimento de índices não financeiros apurados pela Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2017 todos os covenants foram atendidos.

14 Debêntures

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Em 14 de abril de 2014 foi efetuada a 2ª emissão das debentures com a liquidação da 1ª emissão

Classificação da emissão:	2ª emissão
Data da emissão:	14 de abril de 2014
Data final da liquidação:	14 de maio de 2019
Quantidade:	900
Valor total da emissão:	R\$90.000
Espécie:	A definir, em comum acordo entre as Partes, devendo ser, pelo menos, da espécie quirografária e nunca subordinada.
Forma:	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado
Remuneração mensal:	Série I - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,23% a.a.
Pagamento da remuneração mensal:	Série II - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,27% a.a. Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015.
Pagamento do principal:	R\$90.000 serão pagos em 48 parcelas iguais e mensais a partir de 12/05/2015, junto com a remuneração mensal.
Garantias:	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e da controlada Delga Indústria e Comércio S.A.
Obrigações adicionais - Índices financeiros (testados todo final de ano):	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 3,00 em 2014. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,75 em 2015. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,50 em 2016. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,25 de 2017 a 2019.
Obrigações adicionais - Outras	Não transformar a sociedade em limitada (Ltda.), não efetuar pedido de recuperação judicial ou falência, entre outros.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos, com vencimento final em 12 de maio de 2019.

O escalonamento da dívida está assim demonstrado:

Período	31/12/2017
2018	33.211
2019	56.883
	<u>90.094</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. incorreu em custos de captação no montante de R\$ 3.179 mil (R\$ 3.147 mil em 2016) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Movimentação das debêntures consolidado:

<u>31/12/2016</u>	<u>Captação</u>	<u>Pagamento Principal</u>	<u>Provisão de Juros</u>	<u>Pagamento de Juros</u>	<u>31/12/2017</u>
82.199	-	(33)	10.783	(2.855)	90.094
<u>82.199</u>	<u>-</u>	<u>(33)</u>	<u>10.783</u>	<u>(2.855)</u>	<u>90.094</u>

Garantias

Foram dados em garantia das debêntures imóvel no valor líquido contábil de R\$ 9.023 em 31 de dezembro de 2017.

Cláusulas restritivas

Os covenants relacionados as debêntures estão relacionados ao cumprimento de índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e com a divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia não atendeu ao cumprimento dos índices financeiros e com a divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	2	11	46.474	36.142
Fornecedores do exterior	-	-	73	693
Circulante	2	11	46.547	36.835

Os fornecedores estão representados basicamente por obrigações por compra de insumos para utilização no processo produtivo e de prestadores de serviços em geral.

16 Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ordenados e salários	4	4	3.853	2.730
Encargos sociais - INSS e FGTS	5	5	3.380	2.758
Provisão de férias e encargos	18	18	12.254	9.972
Outras obrigações trabalhistas	-	-	3.279	2.159
	27	27	22.766	17.619

17 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a recolher	-	-	7.312	2.737
ISS a recolher	-	-	14	21
IRRF a recolher	-	-	595	471
INSS a recolher	-	-	9.961	19.386
PIS e COFINS a recolher	41	19	11.074	17.210
Imposto de renda e contribuição social	144	162	144	162
IPI	-	-	5	-
Outros	13	-	78	18
	198	181	29.183	40.011

18 Parcelamentos de impostos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS	-	-	27.618	29.717
IPTU	-	-	1.300	-
INSS Lei 11.941/09	-	-	-	1.568
RFB Lei 11.941/09	-	-	7.493	13.306
RFB Lei 12.966/14	-	-	79	84
Trabalhistas	-	-	-	69
PIS E COFINS	-	-	-	212
INSS	210	269	10.577	15.205
PERT	-	-	39.053	-
	210	269	86.120	60.161
Circulante	81	75	24.551	16.839
Não circulante	129	194	61.569	43.322

ICMS

Entre 2007 e 2015, as controladas Delga Indústria e Comércio S.A. e Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda., protocolaram diversos pedidos de parcelamentos de âmbitos Federais, Estaduais, Municipais e trabalhistas, para amortização em períodos que variam de 36 a 106 meses. Referidos parcelamentos são atualizados de acordo com legislação específica e vem sendo pagos de acordo com os cronogramas deferidos.

PERT Lei 13.496/17

Em 14 de novembro de 2017 a Companhia e suas controladas aderiram ao novo parcelamento nas modalidades RFB e PGFN.

INSS e RFB Lei 11.94/09

Em 25 de novembro de 2009, as controladas optaram por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES Federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia e suas controladas formalizaram a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei sendo que, em 31/12/13, restavam para a Companhia e suas controladas de 21 a 34 parcelas a serem pagas relativas ao débito referente ao parcelamento com saldo remanescente (anteriormente PAES), de 24 a 154 parcelas a serem pagas relativas ao debito referente débitos de IRPJ e CSLL, e de 74 a 87 parcelas a serem pagas relativas à débitos de INSS.

Os saldos a pagar de parcelamentos são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

19 Adiantamento de clientes

Refere-se a valores recebidos em 2017 de R\$ 9.368 (em 2016 de R\$ 16.050) a título de adiantamento de clientes por conta de pedidos de produção de peças e mercadorias que serão faturadas e entregues no exercício subsequente.

20 Provisões para perdas em processos judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas em processos judiciais.

A administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza	<u>Controladora</u>		
	31/12/2016	Reversão	31/12/2017
Trabalhistas	1.552	(1.454)	98
	<u>1.552</u>	<u>(1.454)</u>	<u>98</u>
Natureza	<u>Consolidado</u>		
	31/12/2016	Reversão	31/12/2017
Trabalhistas	3.020	(1.454)	1.566
	<u>3.020</u>	<u>(1.454)</u>	<u>1.566</u>

A Companhia possui depósitos judiciais para fazer face aos processos atualmente discutidos judicialmente, os quais totalizam os seguintes valores:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos judiciais	<u>30</u>	<u>28</u>	<u>4.233</u>	<u>2.944</u>

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a processos de natureza passiva avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco possível, apresentando no consolidado o montante de R\$ 55.954 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 50.376 em 2016). O principal processo em 2017 está envolvendo a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. e refere-se a uma ação de execução fiscal no montante de R\$32.011. Portanto, nenhuma provisão foi constituída para estes processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

21 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$ 28.488, representado por 28.544.623 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	31/12/2017	31/12/2016
Maria Ione Victollo Delgado	54,28%	54,28%
Antonio Augusto Delgado Junior	15,24%	15,24%
Vanessa Augusta Delgado de Azevedo Pimentel	15,24%	15,24%
Carla Milena Delgado	15,24%	15,24%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía o montante de R\$ 5.697.

Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

22 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de produtos	-	-	570.536	409.988
Receita de ferramental	-	-	18.890	14.795
Receita de serviços	-	-	171	485
Receita de alugueis	6.817	7.642	4.411	5.235
Receita de revenda	-	-	3.232	3.268
Receita de sucata	-	-	22.458	18.584
Deduções da receita	(260)	(241)	(143.540)	(113.532)
Receita líquida	<u>6.558</u>	<u>7.401</u>	<u>476.159</u>	<u>338.823</u>

A rubrica de deduções da receita está assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Devoluções	-	-	(6.498)	(5.553)
ICMS	-	-	(79.744)	(57.833)
PIS	(46)	(43)	(8.429)	(7.034)
COFINS	(214)	(198)	(38.826)	(32.404)
INSS	-	-	(9.993)	(10.644)
Outros	-	-	(50)	(64)
Total de deduções da receita	(260)	(241)	(143.540)	(113.532)

23 Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mão de obra direta	(177)	(172)	(58.491)	(45.384)
Materiais diretos	-	-	(207.735)	(160.255)
Outros custos diretos	-	(18)	(9.434)	(22.828)
Custos indiretos de fabricação	(53)	-	(143.581)	(89.920)
Custos revenda mercadorias	-	-	(914)	(1.219)
	(230)	(190)	(420.155)	(319.606)

24 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesa com pessoal	(42)	(34)	(15.183)	(13.995)
Serviços de consultoria	(56)	(100)	(1.474)	(1.293)
Gastos mercadológicos	(16)	(60)	(326)	(175)
Depreciações e amortizações	(2)	(2)	(738)	(960)
Seguros	-	-	(392)	(368)
Processamento de dados	-	-	(1.809)	(1.219)
Impostos e taxas	(931)	(837)	(1.187)	(1.169)
Despesas gerais	(77)	(72)	(2.073)	(2.142)
	(1.123)	(1.105)	(23.182)	(21.321)

25 Resultado financeiro

Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Juros recebidos	125	164	491	357
Juros ativos s/ financiamentos	-	-	255	600
Descontos obtidos	-	-	77	637
Aplicações financeiras	952	2.093	1.144	2.492
Variação cambial ativa	-	-	903	3.223
Variação monetária ativa	7	4	687	2.233
	<u>1.084</u>	<u>2.261</u>	<u>3.215</u>	<u>9.542</u>

Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas bancárias	(5)	(4)	(311)	(279)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(4)	(1)	(23.917)	(26.906)
Descontos concedidos	(26)	(58)	(146)	(148)
Variação cambial passiva	-	-	(698)	(821)
Variação monetária passiva	(23)	(33)	(5.584)	(4.852)
Outras	(2)	(11)	(5.588)	(4.714)
	<u>(59)</u>	<u>(107)</u>	<u>(36.243)</u>	<u>(37.720)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.025</u>	<u>2.154</u>	<u>(33.028)</u>	<u>(28.178)</u>

26 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está apresentada como segue:

Controladora

	2017	2016
Receita bruta de aluguéis	6.552	7.642
Alíquota de presunção	<u>32%</u>	<u>32%</u>
Base de cálculo para tributação do imposto de renda e contribuição social	2.097	(2.445)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre receita bruta de aluguéis	<u>(713)</u>	<u>(831)</u>
Outros	(22)	(96)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>(735)</u>	<u>(735)</u>

Consolidado

	2017	2016
Lucro contábil antes do imposto de renda e da Contribuição social	23.370	(27.820)
Lucro da controladora apurado pelo lucro presumido	23.478	27.562
Lucro contábil ajustado	(108)	(258)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: pela alíquota fiscal combinada	37	88
Imposto de renda e contribuição social diferidos	108	171
Imposto de controladas apurado pelo lucro presumido	(735)	(735)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(627)	(477)
Alíquota efetiva	-2,68%	-1,71%

b. Composição dos impostos diferidos - passivo

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

	Consolidado	
	2017	2016
Depreciação	(1.090)	(1.198)
Passivo fiscal diferido	(1.090)	(1.198)

- (i) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporárias, pois não é provável que haja lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes.

c. Reconciliação da taxa efetiva - Imposto diferido

	2017	2016
Prejuízos fiscais e base negativa acumulados até 2015	55.991	-
Alíquota	34%	34%
Total	19.037	-

27 Lucro (prejuízo) básico por ação

O cálculo do lucro/prejuízo básico por ação foi baseado no lucro/prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, conforme segue:

	2017	2016
Lucro (prejuízo) do exercício	22.742	(28.297)
Quantidade de ações ordinárias (nota nº21)	<u>28.544.623</u>	<u>28.544.623</u>
Prejuízo por ação - básico (em R\$)	<u><u>0,001</u></u>	<u><u>(0,001)</u></u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não havia ações ordinárias em circulação.

28 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco mercado;
- Risco de taxa de juros; e
- Risco de taxa de câmbio.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2017 na controladora era de R\$ 1.532 (R\$ 1.532 em 2016) e no consolidado era de R\$ 1.914 (R\$ 2.509 em 2016).

Visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Companhia e suas controladas procuram diversificar suas operações em instituições de elevado *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Caixa e depósitos bancários	2.232	106
Aplicações financeiras	13.780	16.479
Contas a receber de clientes	1.690	1.514
Empréstimos à partes relacionadas	14.601	9.328
Outros créditos	41	41
	<u>32.344</u>	<u>27.468</u>
	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Caixa e depósitos bancários	2.360	2.169
Aplicações financeiras	15.778	18.677
Contas a receber de clientes	36.111	21.029
Empréstimos à partes relacionadas	14.007	9.328
Outros créditos	501	763
	<u>68.757</u>	<u>51.966</u>

Garantias

A política da Companhia e de suas controladas é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas partes relacionadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017:

	Controladora		
	31/12/2017	Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.232	2.232	-
Aplicações financeiras	13.780	13.780	-
Contas a receber de clientes	1.690	1.690	-
Empréstimos à partes relacionadas	14.601	-	14.601
Outros créditos	41	41	-
	<u>32.344</u>	<u>17.743</u>	<u>14.601</u>
Passivos			
Fornecedores	2	2	-
Outras contas a pagar	504	504	-
	<u>506</u>	<u>506</u>	<u>-</u>
Consolidado			
	31/12/2017	Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.360	2.360	-
Aplicações financeiras	15.778	15.778	-
Contas a receber de clientes	36.111	36.108	3
Empréstimos à partes relacionadas	14.007	-	14.007
Outros créditos	378	378	-
	<u>68.634</u>	<u>54.624</u>	<u>14.010</u>
Passivos			
Empréstimos, financiamentos	56.461	18.760	37.701
Debêntures	90.094	33.211	56.883
Fornecedores	46.547	46.547	-
Outras contas a pagar	426	426	-
	<u>193.528</u>	<u>98.944</u>	<u>94.584</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

		Controladora	
		Valor contábil	
		31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos de taxa variável			
<i>Ativos financeiros</i>			
Aplicações financeiras		13.780	16.479
		<u>13.780</u>	<u>16.479</u>
Consolidado			
Valor contábil			
		31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos de taxa variável			
<i>Ativos financeiros</i>			
Aplicações financeiras		15.778	18.677
		<u>15.778</u>	<u>18.677</u>
<i>Passivos financeiros</i>			
Empréstimos e financiamentos		56.461	77.093
Debêntures		90.094	82.199
		<u>146.555</u>	<u>159.292</u>

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

					Controladora				
			Taxa de juros efetiva em 31/12/2017	Cenários					
Exposição patrimonial	Exposição	Risco		I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
1 - Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	13.780	Variação do CDI	9,93%	1.368	1.710	2.052	1.026	684	
		Efeito		<u>1.368</u>	<u>1.710</u>	<u>2.052</u>	<u>1.026</u>	<u>684</u>	
1 + 2									

Consolidado								
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2017	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	15.778	Variação do CDI	9,93%	1.567	1.959	2.350	1.175	783
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(56.461)	Variação do CDI	9,93%	(5.607)	(7.008)	(8.411)	(4.205)	(2.804)
Debêntures	(90.094)	Variações do CDI	9,93%	(8.946)	(11.183)	(13.419)	(6.710)	(4.473)
1+2			Efeito	<u>(14.553)</u>	<u>(18.191)</u>	<u>(21.830)</u>	<u>(10.915)</u>	<u>(7.277)</u>

Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. A moeda na qual essa transação é denominada é Dólar Americano. A Companhia e suas controladas não se utilizam de instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de hedge, devido à administração da Companhia entender que esse risco não é significativo.

A Companhia e suas controladas não possuem recebíveis relevantes sujeitos a flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

Com relação a outros passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas garantem que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco da moeda estrangeira foi a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
<i>(em milhares de USD)</i>		
Clientes do exterior	<u>236</u>	<u>199</u>
	<u>236</u>	<u>199</u>
	31/12/2017	31/12/2016
<i>(em milhares de USD)</i>		
Fornecedores do exterior	<u>(22)</u>	<u>(205)</u>
	<u>(22)</u>	<u>(205)</u>

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa à vista		Taxa média	
	2017	2016	2017	2016
USD	3,308	3,259	3,314	3,252

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Controladora				
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2017
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.232	-	2.232
Aplicações financeiras	13.780	-	-	13.780
Contas a receber de clientes	-	1.690	-	1.690
Empréstimos à partes relacionadas	-	14.601	-	14.601
Outros créditos	-	41	-	41
Total	13.780	18.564	-	32.344
Passivos				
Outras contas a pagar	-	-	495	495
Total	-	-	495	495
Controladora				
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2016
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	106	-	106
Aplicações financeiras	16.479	-	-	16.479
Contas a receber de clientes	-	1.514	-	1.514
Empréstimos à partes relacionadas	-	9.328	-	9.328
Outros créditos	-	41	-	41
Total	16.479	10.989	-	27.468
Passivos				
Outras contas a pagar	-	-	797	797
Total	-	-	797	797
Consolidado				
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2017
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.360	-	2.360
Aplicações financeiras	15.778	-	-	15.778
Contas a receber de clientes	-	36.111	-	36.111
Outros créditos	-	501	-	501
Total	15.777	38.972	-	54.750
Passivos				
Fornecedores	-	-	46.547	46.547
Empréstimos e financiamentos	-	-	56.461	56.461
Debêntures	-	-	90.094	90.094
Outras contas a pagar	-	-	426	426
Total	-	-	193.528	193.528

Consolidado				
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2016
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.169	-	2.169
Aplicações financeiras	18.677	-	-	18.677
Contas a receber de clientes	-	21.029	-	21.029
Outros créditos	-	763	-	763
	18.677	23.961	-	42.638
Total				
	18.677	23.961	-	42.638
Passivos				
Fornecedores	-	-	36.835	36.835
Empréstimos e financiamentos	-	-	77.093	77.093
Debêntures	-	-	82.189	82.189
Outras contas a pagar	-	-	839	839
	-	-	196.966	196.966
Total	-	-	196.966	196.966

Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

- **Nível 2** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia e suas controladas não possuem nenhuma operação a ser classificada.

* * *

Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Mauro Koji Noda
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Barboza
Contador CRC 1SP164770/O-0